



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS  
E SAÚDE

Ata da 4ª reunião ordinária do Conselho do Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde realizada em 23 de junho de 2021, às 10h, de forma online, pela plataforma Meet.google.

1 Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniram-  
2 se os conselheiros do Conselho do Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde, de forma online,  
3 pela plataforma Meet.google, com a presença dos membros a seguir listados, sob a presidência  
4 do professor Eugênio Simão. Este deu boas-vindas a todos, anunciou que a reunião estava  
5 sendo transmitida pelo canal da UFSC Araranguá no Youtube e iniciou as atividades  
6 apresentando a ausência justificada do conselheiro João Matheus A. Dallmann. Na sequência,  
7 colocou em votação a participação dos discentes July Chassot Scherer e Marcelo da Silva  
8 Custódio com direito a voz. Não havendo contrários, a participação foi aprovada. Em seguida,  
9 apresentou os novos membros Jonas de Medeiros Goulart e Carlos Antônio Marques. Ato  
10 contínuo questionou se havia interesse em inserção de pontos para a próxima reunião. Não  
11 havendo, colocou em discussão a ordem do dia, Ofício Circular nº 7/2021-CTS/ARA de 03 de  
12 maio de 2021: 1. Apreciação e aprovação de atas de reuniões do Conselho do CTS: 3ª reunião  
13 ordinária, 2ª e 3ª reunião extraordinária de 2021; 2.Requerente: Direção de Centro; Assunto:  
14 Orçamento e desdobramentos das questões de permanência estudantil; Convidados: Pró-reitor  
15 de Planejamento e Orçamento Professor Fernando Richartz e o pró-reitor de Assuntos  
16 Estudantis Professor Pedro Luiz Manique Barreto. 3. Informes gerais: Repasse de informações  
17 dos representantes do CTS na Câmara de Graduação; Repasse de informações dos  
18 representantes do CTS na Câmara de Pós-Graduação; Repasse de informações dos  
19 representantes do CTS na Câmara de Pesquisa e Repasse de informações dos representantes do  
20 CTS na Câmara de Extensão. Não havendo considerações, o presidente colocou a ordem do dia  
21 para votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se ao primeiro  
22 item da pauta. **Item 1) Apreciação e aprovação de atas de reuniões do Conselho do CTS: 3ª**  
23 **reunião ordinária, 2ª e 3ª reunião extraordinária de 2021.** A redação das atas, que haviam sido  
24 enviadas por e-mail previamente para análise dos conselheiros, foi colocada em discussão. Não  
25 havendo colocações, foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. **Item 2)**  
26 **Requerente: Direção de Centro. Assunto: Orçamento e desdobramentos das questões de**  
27 **permanência estudantil. Convidados: Pró-reitor de Planejamento e Orçamento Professor**  
28 **Fernando Richartz e o pró-reitor de Assuntos Estudantis Professor Pedro Luiz Manique**  
29 **Barreto.** Com a palavra, o professor Simão explicou que este convite aos pró-reitores foi uma  
30 solicitação da categoria discente pela expectativa referente ao orçamento da universidade e os  
31 impactos disso nos benefícios estudantis no ano de 2021. Na sequência, organizou o momento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)

32 de fala em uma hora de explanação mais o espaço para perguntas ao final da exposição e  
33 passou a palavra ao professor Fernando. Este iniciou a apresentação intitulada “Orçamento  
34 UFSC 2021: processos orçamentários” com um histórico de como funcionou o planejamento do  
35 orçamento para 2021 explicando didaticamente o que significa as siglas PPA (Plano Plurianul),  
36 LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual). Disse ainda que na  
37 definição da LOA, o poder executivo, no nosso caso: o MEC e a UFSC tem geralmente até 30 de  
38 agosto de cada ano para elaborar a LOA e encaminhar ao poder legislativo para aprovação até o  
39 dia 31 de dezembro de cada ano. Falou que depois que o orçamento é aprovado e liberado, o  
40 governo ainda precisa liberar o limite de empenho para a universidade, pois sem essa liberação  
41 a universidade não pode gastar esse recurso. Na sequência, explicou sobre os atrasos de  
42 pagamento deste ano, em que o governo demorou em liberar o “financeiro”. Como o  
43 orçamento no início do ano não tinha sido aprovado, o governo liberou apenas um dezoito  
44 avos. Com isso, a universidade conseguiu manter em dia apenas os pagamentos das bolsas de  
45 permanência estudantis. Porém, agora com a liberação do restante a universidade conseguiu  
46 pagar as demais contas. Depois, apresentou uma evolução histórica do orçamento da UFSC de  
47 2010 a 2021. Destacou a impossibilidade de realizar grandes obras com o orçamento atual da  
48 universidade. Na sequência, explicou a constituição do orçamento para 2021 da UFSC  
49 salientando os bloqueios realizados pelo MEC e as perdas de orçamento em relação ao ano de  
50 2020. Frisou que apesar dos acontecimentos, a UFSC manteve todos os programas de estágio,  
51 de assistência estudantil, de monitorias, de apoio pedagógico que estavam sendo  
52 oportunizadas desde 2020 e que não houve corte de bolsas até o momento. Salientou que se o  
53 governo não liberar os 12 milhões (bloqueio MEC), poderão ocorrer alguns ajustes até o final o  
54 ano. Finalizou que a universidade vem se mantendo com as renegociações feitas nos contratos  
55 dos terceirizados, em virtude do trabalho remoto. Ressaltou que não há orçamento para um  
56 retorno total das aulas presenciais e reforçou que a SEPLAN manterá, dentro das possibilidades,  
57 todos os compromissos firmados com o pagamento das bolsas estudantis. Dando  
58 prosseguimento ao tema, o professor Pedro Manique iniciou a sua fala dando um panorama  
59 das políticas de assistência estudantil. Explicou sobre o decreto nº 7237/99 que trata do  
60 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sobre a Lei 12.711/2012 que trata das  
61 Cotas de Ingresso nas instituições de ensino superior públicas. Na sequência, comentou sobre  
62 as ações, a nível nacional, nos fóruns de pró-reitores e na ANDIFES sobre a situação dos  
63 recursos para os programas de assistência estudantis e para a manutenção da lei  
64 supramencionada. Complementou dizendo que fora criado grupo de trabalho para pressionar o  
65 legislativo nestas demandas. Depois, apresentou os programas de assistência regulares da  
66 universidade: bolsa estudantil, auxílio-moradia, isenção dos passes do restaurante universitário  
67 e auxílio creche, além destes, moradia estudantil que fica na sede, isenção para cursos de  
68 idiomas do LLE/CCE, isenção de atividades esportivas e o programa de assistência para  
69 indígenas e quilombolas (PAIQ). Sobre este último, destacou a participação do Setor de Apoio  
70 ao Estudante (SAE) de Araranguá na construção do programa e ressaltou que o MEC tinha um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)

71 programa parecido, mas que desde 2019 o ministério não abriu mais vagas e que há mais de  
72 oito mil estudantes indígenas desamparados pelo MEC. Em seguida, apresentou os programas  
73 criados durante a pandemia: inclusão digital e apoio emergencial. Depois, mostrou o  
74 quantitativo de beneficiários da universidade nos programas de assistência estudantis  
75 referente ao mês de maio. Também, comentou que são dois milhões e meio por mês para  
76 investimentos nos programas correspondendo a 25% do orçamento disponível da universidade.  
77 Dando sequência, falou a respeito do apoio socioassistencial e do portal de atendimento  
78 institucional da pró-reitoria. Finalizou, falando que não houve redução das bolsas de assistência  
79 estudantil, mas do auxílio moradia, tendo em vista, que muitos estudantes retornaram as suas  
80 cidades de origem devido ao ensino remoto. Comentou que, no semestre 2020.2, tiveram 132  
81 novas vagas em bolsas estudantis e que, neste semestre 2021.1, no edital nº13/2021/PRAE em  
82 andamento, um incremento de 50 novas vagas. Destacou que, a partir dos cadastros  
83 emergenciais devido à pandemia, foi possível atender os estudantes internacionais e que hoje a  
84 pró-reitoria atende os estudantes internacionais, indígenas e quilombolas que até pouco tempo  
85 não eram atendidos. Na sequência, o professor Simão agradeceu a exposição dos pró-reitores e  
86 anunciou a fase de discussão. Com a palavra, a conselheira Rossana parabenizou os  
87 esclarecimentos realizados e questionou 1) sobre a possibilidade de aumento de novas vagas  
88 de bolsas estudantis; 2) sobre a distribuição de bolsas de monitorias indígenas e quilombolas e  
89 alertou sobre a diminuição significativa da renda *per capita* dos estudantes que são público-  
90 alvo da assistência estudantil. O professor Fernando compartilhou da preocupação da Rossana  
91 e comentou que houve um aumento de 150 novas bolsas de monitorias. Disse que não é  
92 responsável pela distribuição dos recursos dentro das pró-reitorias, responsáveis pelos  
93 programas, isso é de competência das mesmas. Deve haver um gerenciamento interno das  
94 demandas e uma sensibilidade de fazer adequações necessárias para eficiência da  
95 universidade. Com a palavra, o professor Pedro enalteceu o trabalho das equipes de assistência  
96 social da universidade. Em seguida, comentou ser impossível alcançar os objetivos do PNAES  
97 com os recursos disponíveis. Contextualizou dizendo que com a pandemia houve uma redução  
98 do poder de compra da população em geral. Falou que hoje atendem estudantes com renda  
99 *per capita* de meio salário mínimo. Reafirmou da necessidade de pressionar o poder legislativo  
100 na busca de recursos para além da universidade, já que temos um governo insensível com a  
101 educação no Brasil. Comentou ainda que os estudantes internacionais começaram a ser  
102 atendidos pelo cadastro PRAE. Disse que estes eram atendidos pela Sinter em programas  
103 específicos, como o PROMISSAES. Finalizou dizendo que não é favorável a reserva de vagas,  
104 pois esse fatiamento não daria conta de atender todos os públicos. Para ele, o critério é a  
105 escola pública e, dentro dela, os diferentes públicos, conforme lei de cotas. Tomando a palavra,  
106 a conselheira Rossana questionou se a Sinter teria alguma recurso de custear os estudantes  
107 internacionais, visto que eles não têm rede de apoio e disse compreender as ações realizadas  
108 até o momento. O professor Pedro comentou que a secretaria tem recursos para os seus  
109 programas. Na sequência, o professor Simão agradeceu a conselheira pela ampliação da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)

110 discussão e fez a leitura de perguntas do *chat* do Youtube do campus: “Professor Fernando,  
111 obrigado pela apresentação! Foi falado em quatro cenários imaginários, o que seria o cenário  
112 otimista?” Com a palavra, o professor Fernando falou que seria o cenário otimista seria os  
113 cento e quinze milhões, porque esse seria o recebimento do orçamento planejado e aprovado  
114 na lei. Na sequência, o discente Marcelo da Silva Custódio questionou sobre o retorno  
115 presencial e o impacto disso no orçamento. O professor Fernando falou que a universidade terá  
116 que se reprogramar para o ensino/trabalho presencial no ano de 2022. Para voltarmos  
117 integralmente às atividades, é necessário no mínimo cento e quarenta milhões de reais. O ideal  
118 seria para um ensino de qualidade uns 30 milhões de capital e 180 milhões de custeio. Se não  
119 tivermos os cento e quarenta milhões, a universidade terá que repensar sobremaneira as  
120 demandas internas para atender minimamente a comunidade universitária. Finalizando o  
121 professor Simão questiona se há alguma gestão pós-pandêmica no momento, levantou algumas  
122 perguntas no que tange as formas de trabalho e as modalidades de ensino. Os pró-reitores  
123 trouxeram contribuições apresentando exemplos de processos digitais; ambientes de interação  
124 *on line* e modelos híbridos, tanto na atividade meio, como na atividade fim. O professor Simão  
125 também respondeu a pergunta dizendo que a universidade será outra no pós-pandêmico com  
126 setores trabalhando em modo híbrido. Trouxe à tona a questão das 30 horas com quebras de  
127 paradigmas, a respeito das formas de trabalho. Não havendo mais inscrições, o professor Simão  
128 agradeceu os convidados e anunciou os “Informes Gerais”: **3. Informes gerais: Repasse de**  
129 **informações dos representantes do CTS na Câmara de Graduação; Repasse de informações**  
130 **dos representantes do CTS na Câmara de Pós-Graduação; Repasse de informações dos**  
131 **representantes do CTS na Câmara de Pesquisa e Repasse de informações dos representantes**  
132 **do CTS na Câmara de Extensão.** Com a palavra, o professor Simão perguntou aos  
133 representantes se estes abriam mão do espaço, tendo em vista, o adiantado da hora. Estes se  
134 manifestaram no *chat* dizendo não haver informes. Nada mais havendo a tratar, o presidente  
135 agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às doze horas, da qual, para constar, eu,  
136 Juliana Pires da Silva, técnica em assuntos educacionais, lavrei a presente ata, que, se aprovada,  
137 será assinada pelos membros presentes. Araranguá, 23 de junho de 2021.

138 Assinaturas:

139

Agenor Hentz da Silva Junior

Alessandro Haupenthal

Alexandre Leopoldo Gonçalves



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)

Amauri Cunha Soares

Anderson Luiz Fernandes Perez

Antônio Carlos Sobieranski

Bernardo Walmott Borges

Camila Mascarelo Panisson

Carlos Antônio Marques

Claúdia Milanezi Vieira

Cristiane Aparecida Moran

Eugênio Simão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)

Fabiane Perondi

Fabício de Oliveira Ourique

Fernando José Spanhol  
Flávia Correa Guerra

Giane de Farias Pereira Santana

Giuliano Arns Rampinelli

Jonas de Medeiros Goulart

Juliana Pires da Silva

July Chassot Scherer

Leandro Batirolla Krott

Luciano Lopes Pfitscher



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)

Marcelo da Silva Custódio

Martin Augusto Gagliotti Vigil

Patrícia Jantsch Fiuza  
Randy Ramos Plácido

Ricardo Alexandre Reinaldo de Moraes

Rossana Lopes Pereira de Souza

Solange Maria da Silva

Suelen Dias Fagundes Brandolt

Tiago Elias Allievi Frizon

Vilson Gruber



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)